

## 12/11/2024 13:25 - Nenhum deputado de Rondônia assinou a favor da PEC que estuda acabar com a escala 6x1



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) apresentou para acabar com a escala de trabalho 6X1 tomou conta das redes, apesar disso, nenhum deputado de Rondônia foi a favor do texto seguir para o debate. Para que a emenda constitucional comece a tramitar, é necessário o apoio de, ao menos, 171 dos 513 deputados ou de 27 dos 81 senadores.

Até agora, o texto tem apenas 134 assinaturas.

### Deputados Federais de Rondônia que não assinaram:

Fernando Máximo (União Brasil)

Silvia Cristina (PL)

Lúcio Mosquini (MDB)

Maurício Carvalho (União Brasil)

Coronel Crisóstomo (PL)

Thiago Flores (Republicanos)

Cristiane Lopes (União Brasil)

Lebrão (União Brasil)

A PEC propõe que a jornada de trabalho não ultrapasse oito horas diárias e 36 horas semanais, para reduzir a sobrecarga dos trabalhadores que sofrem com o regime 6x1, ou seja, funcionários que trabalham seis dias por semana e folgam apenas um.

### O que diz o texto?

O documento proposto pela deputada “dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil”.

### Confira, a seguir, a nova redação prevista pelo texto de Hilton:

- Art. 7º, inciso XIII: “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

### Justificativa

Erika Hilton argumenta que a “proposta à Constituição Federal reflete um movimento global em direção a modelos de trabalho mais flexíveis aos trabalhadores, reconhecendo a necessidade de adaptação às novas realidades do mercado de trabalho e às demandas por melhor qualidade de vida dos trabalhadores e de seus familiares”.

“A medida proposta nesta Lei alinha-se aos princípios de justiça social e desenvolvimento sustentável, buscando um equilíbrio entre as necessidades econômicas das empresas e o direito dos trabalhadores a uma vida digna e a condições de trabalho que favoreçam sua saúde e bem-estar”, justificou a deputada no documento.

